

Jardim DF, López LC, organizadores. *Políticas da diversidade – (in)visibilidades, pluralidade e cidadania em uma perspectiva antropológica*. Porto Alegre: Ed. UFRGS; 2013.

Nelson Filice de Barros¹

¹Departamento de Saúde Coletiva, Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas.

Diferentes governantes europeus iniciaram a década de 2010 anunciando que o projeto de multiculturalidade europeu fracassara, pois o que houve foi a formação de guetos e a convivência distante e não solidária entre diferentes grupos étnicos no mesmo território. Jardim e López, organizadoras, e os outros autores do livro *Políticas da Diversidade – (in)visibilidades, pluralidade e cidadania em uma perspectiva antropológica*, publicado, em 2013, pela editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, concordam e mostram que o projeto de multiculturalidade foi, apenas, mais uma construção neoliberal e contemporânea da modernidade colonial.

Os limites da multiculturalidade ficam patentes nos oito diferentes capítulos do livro, quando a invisibilidade de eventos relativos à racialidade e migração no Brasil é tratada como *diferença que deveria ser desvendada e (re)construída em espaços de diálogo intercultural, na própria interação*. Para os autores, portanto, a experiência negra e o imaginário da sua diáspora, bem como os itinerários migratórios e a sua invisibilidade, ganham lugar central na agenda de pesquisa dos antropólogos, que buscam o encontro com sensibilidades de distintos protagonistas para contribuir com o debate sobre a dignidade humana, justiça e bom viver.

O livro é dividido em duas partes denominadas Cenários e Dinâmicas, cada uma constituída de quatro capítulos, que segundo as organizadoras, *realizam um zigue-zague proposital (entre escalas macro e micro) mostrando o jogo de forças que atravessam as noções analíticas e a experiências de sujeitos concretos*. Na primeira parte, os textos exploram a dimensão conceitual das políticas raciais, imigrações e racismo institucional, que têm orientado as reflexões sobre as invisibilidades desses problemas sociais. São, portanto, apresentados, *os cenários conceituais e as dificuldades em visibilizar determinadas problemáticas sociais referentes a sujeitos “às margens” dos debates nacionais*. Na segunda parte, são apresentados textos produzidos para diferentes conferências públicas e reflexões práticas em que estão em jogo os custos e os benefícios da invisibilização. Todos os oito capítulos são guiados pelo tema da interculturalidade, para trazer à tona os

processos de invisibilidade e hipervisibilidade de protagonistas e coletividades.

No primeiro capítulo denominado *Alteridade e (in)visibilidades: uma perspectiva antropológica sobre direitos humanos e dignidade*, Denise F. Jardim evidencia a abertura dos antropólogos ao debate sobre direitos humanos sob novos parâmetros, como alteridade, identidade e minoria. A autora apoia-se no enunciado de Boaventura de Souza Santos, de que em vez de recorrer a falsos universalismos é fundamental que se organize uma constelação de sentidos locais para construir a noção de dignidade e direitos humanos. Assim, onde “nem todas as igualdades são idênticas e nem todas as diferenças são desiguais”, Jardim discute as invisibilidades, hipervisibilidades, minorias e pluralismos das identidades no Estado democrático de direito brasileiro.

No capítulo intitulado *Políticas raciais, diáspora e transnacionalismo: notas para compreender as mobilizações negras e as ações afirmativas no Cone Sul*, Laura C. López debruça-se sobre a configuração e as perspectivas das mobilizações negras contemporâneas para a construção de políticas públicas com enfoque étnico-racial e ações afirmativas no Cone Sul. O texto percorre dois eixos, nos quais, primeiro, discute a relação local-nacional-transnacional e, segundo, explora a construção de demandas da militância negra, ambos em relação às mobilizações para a construção de políticas públicas específicas cunhadas a partir das identificações afro-diaspóricas. A autora concluiu o capítulo propondo *levar a sério a perspectiva afro-latino-americana como uma filosofia política que nos interpela para que novos pactos sociais/éticos/estéticos possam ser realizados*.

O terceiro capítulo é de Daniel Etcdeherry, também antropólogo e autor do texto intitulado *A atuação dos mediadores da promoção da cidadania e a problemática da visibilidade do fenômeno migratório*, cujo objetivo foi analisar os debates sobre as migrações contemporâneas, a partir de observações realizadas em Buenos Aires e Porto Alegre. A escolha pelas duas cidades deve-se ao fato de que os discursos sobre o fenômeno migratório são quase diametralmente opostos nelas, de forma que a relação da imigração com o desemprego, o acesso a recursos públicos, a exposição a diferentes formas de violência e a pobreza, constituem uma hipervisibilidade em Buenos Aires e uma invisibilidade em Porto Alegre. Entre o que se vê e o que não se vê em relação ao migrante o autor identifica uma construção social constante que necessita ser desconstruída.

O capítulo quarto, chamado *Reflexões sobre o conceito de racismo institucional*, também foi escrita por Laura C. López com o *desafio de pensar uma*



ferramenta analítica e institucional para enfrentar discriminações em países que preconizam como discurso hegemônico a invisibilização da questão racial. A autora aprofunda a dimensão histórica da formação social brasileira e as diferentes expressões do racismo institucional legitimado por diferentes instituições estatais, demonstrando porque são, portanto, legítimas as políticas de ação afirmativa na atualidade. A autora chama atenção para o fato de que o racismo institucional não é expresso em atos manifestos, explícitos ou declarado, mas de forma difusa no funcionamento cotidiano de instituições e organizações, que operam na distribuição desigual de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes segmentos raciais. Por fim, a autora associa o racismo institucional à noção de biopolítica, originalmente criada por Foucault e desenvolvida por Rabinow e Rose, para compreendê-lo a partir: [da] *forma de discurso de verdade de um conjunto de autoridades consideradas competentes para falar sobre o caráter “vital” dos seres humanos; [das] estratégias de intervenção sobre a existência coletiva em nome da vida e da morte; e [dos] modos de subjetivação através dos quais os sujeitos atuam sobre si próprios em relação aos discursos de verdade.*

Na parte das Dinâmicas, outros quatro capítulos são apresentados e destacam-se *As ações afirmativas e a possibilidade de diálogo intercultural no Brasil*, originalmente uma conferência proferida por Laura C. López, no Ciclo de Comemorações dos 75 anos da UFRGS, em que a autora discute as ações afirmativas do processo de aprovação das cotas de ingresso naquela universidade e as múltiplas possibilidades de diálogo intercultural dessa política. Situando suas reflexões a partir da matriz dos estudos pós-coloniais a autora reproduz trechos de seu diário de campo, quando acompanhou as disputas entre grupos contrários e favoráveis ao ingresso de uma estudante da etnia Kaingang no curso de medicina. O relato do ritual da passagem do jaleco de um estudante do último ano do curso à jovem índia é tocante, assim como a declaração de um professor, de descendência alemã, sobre o efeito reparador daquele ato para os indígenas espoliados e violentados pelos colonos europeus apoiados pelo Estado brasileiro.

Destaca-se, também, o capítulo denominado *‘Te ponem el ojo y te sacan una radiografía’: ser imigrante nas redes e saúde e concessão de benefícios sociais em Porto Alegre*, escrito por Alex M. Moraes. Seu texto pode ser identificado como uma “antropologia da saúde” e não como uma

“antropologia na saúde”, utilizando a classificação de Robert Straus¹ da década de 1950. Assim, relatando sua experiência de campo com imigrantes em serviços do sistema único de saúde na cidade de Porto Alegre, o autor debate as características assumidas pela cidadania nos tempos atuais, destrinchando os símbolos associados às categorias de estrangeiro e de imigrante, sobretudo pelo fato de a primeira revelar uma noção de diferença positiva e a segunda de desigualdade negativa. Em seguida o autor toma o conceito de “bio-lógicas”, para aprofundar as estórias de quatro imigrantes e constituir as diferentes “socio-lógicas” associadas a cada experiência. Nesse percurso encontra vasto material sobre as assimetrias morais presentes no “meio do mistério das diferenças”, assim como as facilidades e tortuosidades na busca por direitos cidadãos de imigrantes no Brasil.

Os dois outros capítulos da segunda parte trazem significativas Dinâmicas associadas à defesa das ações afirmativas e reservas de vagas ao ensino superior no Brasil, no Supremo Tribunal Federal, durante audiência pública em março de 2010, e ao trato discriminatório sofrido por estudantes universitários brasileiros em aeroportos da Espanha, durante o ano de 2008.

Para concluir, pode-se afirmar que a leitura deste livro é mandatória para aqueles que queiram compreender a dinâmica de construção das políticas de invisibilidade do projeto de modernidade colonial e das políticas de diversidade contemporânea da modernidade tardia e pós-colonial.

A reconstrução histórica e a escavação sociológica dos diferentes capítulos deixa ver as *dinâmicas que perturbam as certezas daqueles que gostariam de conferir previsibilidade e acomodar a diferença em uma visão estática do mundo social.* Assim, explicitam as tensões e as negociações simbólicas com protagonistas envolvidos em debater experiências de hipervisibilização e situações históricas de “res-semanticização” de sentidos da cidadania, pluralidade e dignidade humana.

Trata-se, portanto, de uma coletânea de textos corajosos que indicam a insustentabilidade de uma unidade nacional e o alcance dos encontros interculturais de aprendizagem mútua, promovidos pela diversidade cultural dos diferentes povos brasileiros.

Referências

1. Straus R. The nature and status of medical sociology. *Amer Soc Rev* 1957; 22(2):200-204.

Shuval JT, Averbuch E. *Alternative and Bio-Medicine in Israel: Boundaries and Bridges*. Boston: Academic Studies Press; 2012.

Renata Cavalcanti Carnevale²
Nelson Filice de Barros²

² Departamento de Saúde Coletiva, Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas.

O aumento da utilização da Medicina Alternativa e Complementar (MAC), verificado em Israel após 1980, levou Shuval e Averbuch a realizarem pesquisas em colaboração com outros especialistas, entre 2000 e 2010, cujo tema central é as fronteiras entre as MAC e a biomedicina. O livro denominado “Alternative and Bio-Medicine in Israel: boundaries and bridges” é composto de 287 páginas, separadas em quatro partes com 14 capítulos e dois apêndices, orientados a partir do “boundary paradigm”, que já foi objeto de Shuval em outros textos¹ e ocupa uma posição de destaque nas ciências sociais².

Na Parte I os três primeiros capítulos foram escritos por Shuval e Averbuch, para desenvolver o embasamento teórico do livro. O primeiro capítulo, *Introdução*, apresenta a estrutura do livro, que inclui a história da MAC em Israel e explicita algumas razões que levaram profissionais a praticar MAC e suas estratégias para lidar com dilemas epistemológicos desta prática clínica.

O capítulo 2, *Saúde, Cuidado à saúde e MAC em Israel*, apresenta informações sobre estatísticas de saúde em Israel. Mostra que as MAC não estão incluídas no Seguro Nacional de Saúde e para se ter acesso a elas deve-se pagar privadamente. As autoras destacam que as MAC são mais utilizadas por mulheres casadas, com elevado status educacional e econômico. Além disso, registram que: a mais utilizada é a acupuntura (37%); a maioria dos pacientes se autoreferencia para profissionais; 30% dos usuários utiliza medicamento convencional junto com MAC e 70% usa MAC ao invés da medicina convencional; em 2011 havia 20.000 praticantes de diferentes MAC e 60 programas de ensino em Israel.

No capítulo 3, *Embasamento teórico*, são apresentados os conceitos de fronteira, pós-modernidade e sociologia das profissões. Segundo as autoras, o período pós-moderno teve início entre 1970-80 e forneceu as condições necessárias para o desenvolvimento das MAC, já que se caracterizou pelo pluralismo, erosão da autoridade e desintegração de fronteiras bem estabelecidas. No entanto, as autoras afirmam que pessoas que cruzam as fronteiras ainda são vistas como “estranhas” e as instituições tentam se defender excluindo-as ou tornando-as invisíveis, criando fronteiras organizacionais, sociais e cognitivas.

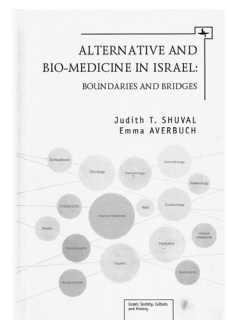
O capítulo 4, *Perspectiva histórica: medicina não convencional em Israel*, de Cohen, detalha as negociações para o reconhecimento das MAC cerceadas pelo Ministério da Saúde e Associação Médica de Israel (AMI), desde 1950. Segundo o autor, em 1980, houve um aumento do uso de MAC pela população e com ajuda da grande mobilização dos praticantes ela passou a ser oferecida pelas instituições de saúde. Em 2002 foi criada a Sociedade de Medicina Complementar de Israel na AMI.

A Parte II, *Estudos de Caso*, que inclui os capítulos 5 a 11, traz narrativas de profissionais, pacientes e construtores de políticas sobre diversos cenários nas quais as MAC e biomedicina coexistem.

Nos capítulos 5 e 6 foram entrevistados 29 praticantes de MAC, em dois ambulatórios, duas clínicas e quatro Hospitais com pacientes internados. O capítulo 5, *Uma década de coexistência da MAC e Biomedicina em Israel*, escrito por Shuval e Averbuch, destaca que fronteiras organizacionais foram expandidas, ao contrário das fronteiras cognitivas e epistemológicas, o que é evidenciado pela preferência das instituições em contratar profissionais de MAC que tenham também conhecimento biomédico; pela baixa remuneração e pouca voz em reuniões e visitas médicas; pela ausência das MAC em alguns setores, como departamento cirúrgico e emergência; e devido ao fato das MAC ainda serem vistas como experimentais.

O capítulo 6, *“Nós possuímos a verdade”: Delimitação de fronteiras durante encontros entre biomédicos e praticantes de MAC*, escrito por Mizrachi, apresenta as fronteiras rígidas, presentes nas regulamentações das arenas formais da biomedicina, e as mais maleáveis, negociadas no dia-a-dia da prática médica nas arenas informais. A marginalização das MAC, segundo o autor, fica evidenciada: na necessidade delas enquadrarem-se no discurso biomédico de evidência científica; na sua localização em espaços marginais em Hospitais; na representação de que seus praticantes são incompetentes ou charlatães; na obrigatoriedade do referenciamento do paciente para as MAC pelo médico biomédico exclusivamente; e na associação das MAC ao cuidado e não à cura, relegando-a à função de diminuir a dor e confortar os pacientes.

O capítulo 7, *A integração do conhecimento: médicos praticando homeopatia*, escrito por Shuval e Averbuch, apresenta achados obtidos de entrevistas com 15 médicos especialistas e praticantes da Homeopatia em clínicas e hospitais, demonstrando que estes utilizam também o conhecimento biomédico, por exemplo, para fazer o diagnóstico. Ultrapassar a fronteira da biomedicina-homeopatia é cruzar as fronteiras do moderno-não moderno, ciência-não ciência e visível-não visível. Uma das formas utili-



zadas para se lidar com as contradições das duas formas de tratamento é traduzir a homeopatia para a linguagem biomédica, focar na legitimidade clínica e achar áreas de convergências. No entanto, construir pontes entre os dois sistemas não é a principal preocupação dos entrevistados.

O capítulo 8, *Enfermeiras praticando MAC – Separação espacial*, apresenta resultados da entrevista com 15 enfermeiras que trabalham em hospitais com a biomedicina e em clínicas com MAC. Segundo as autoras do capítulo, Shuval e Averbuch, as fronteiras territoriais e cognitivas são permeáveis, já que os dois tipos de conhecimento são aplicados nos dois cenários, mas uma menor abertura no cenário biomédico é identificada.

O capítulo 9, *Parteiras Praticam MAC: Feminismo na sala de parto*, apresenta achados da entrevista com 13 parteiras que utilizam MAC em hospitais. Segundo os autores do capítulo, Shuval e Gross, as parteiras estão dentro da fronteira organizacional, mas apresentam uma autonomia relativa, pois a presença do médico é necessária em partos complicados, mantendo ainda a fronteira do que é complicado ou não. As entrevistadas associam o uso de MAC às idéias feministas, enfatizando a autonomia da mulher no parto, dando voz aos seus sentimentos, rejeitando a medicalização e o uso excessivo de tecnologia.

O capítulo 10, *Medicina Integrativa na equipe da saúde da família*, também escrito por Shuval e Gross, apresenta achados de entrevistas com 15 praticantes de MAC que trabalham nas equipes da saúde da família em Israel. Eles mesclam a biomedicina com as MAC, dando prioridade para a biomedicina para o diagnóstico e utilizam MAC em alguns casos na “fronteira da prática clínica”. Atribuem sua autoridade profissional à prática da biomedicina, relatando elementos da fronteira social e econômica, pois percebem-se estigmatizados por profissionais que não praticam MAC e não têm qualquer remuneração pela oferta de MAC.

O capítulo 11, *Regular ou não regular: a perspectiva de construtores de políticas em cuidado integrativo*, escrito por Gross, Ashhkenazi e Schachter, apresenta atitudes e avaliação de 16 tomadores de decisão sobre a problemática de regulamentação da MAC em Israel. A falta de evidência científica, grande duração da consulta e dificuldade no estabelecimento de critérios de avaliação dos cursos e de serviços prestados dificultam a regulamentação.

A Parte III, *Pacientes*, é constituída apenas pelo capítulo 12, *Visão nos pacientes: Pluralismo cultural e de cuidado à saúde no Noroeste de Israel*,

escrito por Keshet e Ben-Arye, e enfatiza como o pluralismo cultural do noroeste de Israel gera um pluralismo na saúde. Questionários respondidos por 3713 pacientes demonstraram que árabes e imigrantes judeus usam mais ervas indígenas e medicina popular e consultam mais herbalistas e curadores que os judeus nascidos em Israel. Estes últimos utilizam MAC mais legitimadas, como homeopatia e práticas corpo-mente. Árabes acham que a medicina popular não deveria ser colocada no sistema de saúde, demonstrando assim, segundo os autores, dupla marginalização, relativa a baixo status político e baixo status da prática popular.

A Parte IV, *Resumindo*, inclui os capítulos 13 e 14. No capítulo 13, *Conclusões teóricas: fronteiras e pontes*, as autoras do capítulo, Shuval e Averbuch, retomam o tema central do livro, que inclui dois processos sociais presentes no cenário da biomedicina e MAC em Israel: um de separação (fronteiras) e um de junção (pontes), trazendo como exemplos casos citados no livro.

No capítulo 14, *Medicalização e “CAMificação”*, escrito por Shuval e Averbuch, são apresentados problemas na estrutura do fornecimento das MAC em Israel. As autoras esclarecem que o objetivo da introdução da MAC no país foi levantar recursos de cuidado face a crise das instituições de saúde e que se as MAC estivessem disponíveis na atenção primária, ao invés de nas clínicas, provavelmente ocorreria um aumento do seu uso. “CAMificação” é apresentado com um fenômeno presente em vários cenários descritos no livro, em relação às parteiras e enfermeiras.

O Apêndice A apresenta um resumo da demografia e saúde em Israel e o Apêndice B, apresenta os aspectos legais da MAC em Israel.

A leitura do livro é essencial para uma melhor compreensão do contexto social no qual MAC e biomedicina coexistem em Israel em diferentes cenários da saúde, sendo possível assim fazer reflexões sobre esta coexistência também em outros países. Trata-se de uma leitura indicada para os profissionais de saúde, os que trabalham com as MAC e para pessoas que tenham interesse no assunto.

Referências

1. Nissim M, Shuval J, Gross S. Boundary at work: alternative medicines in biomedical settings. *Sociology of Health & Illness* 2005; 27(1):20-43.
2. Lamont M, Molnár V. The study of boundaries in the social sciences. *Annu. Rev. Sociol* 2002; 28:167-195.